



UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO
TERCEIRO SETOR
CASA ESPERANÇA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO
TERCEIRO SETOR
CASA ESPERANÇA

MÓDULO DE AUDITORIA E PERÍCIA

Auditoria Contábil – Prof. Paulo César Montanheiro

Avaliação de Empresas – Prof. Luiz Fernando Pancine

Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas – Prof. Danilo Morais Doval

Perícia e Arbitragem Contábil – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Auditoria e Perícia – Prof^ª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Elias Tiago Lopes da Silva, RA 22000967

João Pedro Silva de Carvalho, RA 21000904

Maria Fernanda Tonon Vallim, RA 21000971

Maria Luisa Ribeiro da Cunha, RA 21000498

Poliana Barbosa Dias, RA 21000268

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2023
SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 5 |
| 3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL | 7 |
| 3.1 AUDITORIA CONTÁBIL | 7 |
| 3.1.1 CONTROLE INTERNO | 7 |
| 3.1.2 ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO | 8 |
| 3.2 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS | 11 |
| 3.2.2 MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA | 13 |
| 3.2.3 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA | 14 |
| 3.3 GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS | 16 |
| 3.3.1 OS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS | 17 |
| 3.3.2.1 PROGRAMA GERADOR DE RISCOS | 19 |
| 3.3.2.2 LAUDOS TÉCNICOS DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO. | 19 |
| 3.3.2.3 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DA SAÚDE OUCUPACIONAL | 21 |
| 3.3.2.3 ELABORAÇÃO DOS LAUDOS DENTRO DA ONG | 22 |
| 3.3.3 SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | 23 |
| 3.3.3.1 Horas de Trabalho | 23 |
| 3.3.3.3 Dedução de Benefícios do Empregado | 24 |
| 3.4.1 PERÍCIA CONTÁBIL | 25 |
| 3.4.2 LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL | 26 |
| 3.4.3 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL | 27 |
| 3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ | 28 |
| 3.5.1 COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ | 28 |
| 3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA | 30 |
| 4 CONCLUSÃO | 32 |
| REFERÊNCIAS | 33 |
| ANEXOS | 35 |

1 INTRODUÇÃO

O projeto de consultoria empresarial tem por objetivo conceder aos estudantes temáticas teóricas para que sejam colocados em prática, visto que, empresas participam do projeto trazendo objeções presentes em sua estrutura a fim de que os alunos desenvolvam suas habilidades para o mercado de trabalho.

Seu desenvolvimento é notável, dado que, uma das grandes dificuldades dos estudantes para se inserir no mercado de trabalho é a carência de experiência, isto significa que com a realização deste projeto, o conhecimento adquirido pode representar benefícios para os currículos dos alunos e para sua desenvoltura no dia a dia do trabalho.

Sendo um projeto de medidas de valor para empresas do terceiro setor, serão desenvolvidas atividades com propósito de realizar uma análise na entidade de terceiro setor, levando em consideração a verificação do Controle Interno, Fluxo de Caixa, levantamento das melhores práticas trabalhistas para atendimento à legislação, a elaboração de um relatório de Auditoria Contábil e a construção de um Laudo Contábil sobre suas informações relacionadas à folha de pagamento.

Espera-se que ao final do desenvolvimento deste projeto, os estudantes tenham elevado seu nível de conhecimento sobre os assuntos abordados neste módulo, sendo que estes podem ser englobados pelas esferas de cada unidade de estudo abordada no período, designadas: Avaliação de Empresas, Gestão de Pessoas e Rotinas trabalhistas, Perícia e Arbitragem Contábil e Auditoria Contábil.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa de terceiro setor, cujo nome e CNPJ são mantidos em sigilo, atua com atividades de assistência social. Ao decorrer do projeto de extensão utilizaremos o nome fictício “Casa Esperança” e endereço fictício “Rua João Pedro Carvalho, nº20, Campestre/MG” para melhor desenvolvimento deste.

Agindo desde 2001, abriga crianças e adolescentes de zero a dezoito anos em situação de risco social ou pessoal. Os jovens e crianças são mantidos em sigilo, total anonimato, porque de outra maneira estariam em risco.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de acordo com a lei federal nº8.069 de 13 de junho de 1990, define que a condição do abrigado precisa ser reavaliada a cada seis meses pela Justiça e a sua internação não deve se estender por mais de dois anos.

O início desta ONG era um trabalho totalmente voluntário, onde todos colaboradores ajudaram muito nos afazeres. No presente momento estão em um terreno de 2.700 metros onde possuem profissionais que compõem a equipe técnica, constituída por psicóloga, assistente social, parte administrativa, cuidadoras que revezam plantão, cozinheiras e auxiliares.

A ONG recebe subsídios do estado porém estes não suprem as necessidades para manter as crianças, então a fim de cobrir essa desproporção, a ONG realiza eventos durante o decorrer do ano, como por exemplo, vendas de pizzas, feijoadas, almoços etc. Com isso, todo o lucro é convertido em ajuda para manter a casa, alimentação, saúde, passeios e etc.

Nos últimos 16 anos foram acolhidos 10.500 (dez mil e quinhentas) crianças e adolescentes, sendo 400 destas que passaram mais de 10 anos na casa. A permanência dos internos tem uma média de 5 anos na casa.

Sua missão, a qual Segundo Chiavenato (2005) significa uma tarefa que é recebida, se caracteriza por apoiar crianças e adolescentes sendo seus lares temporários, favorecendo a integração social. A visão, ou seja, que auxilia a organização a nortear onde se deseja estar no futuro, a determinar uma perspectiva para longo prazo é ser referência local em lar temporário para crianças, adolescentes, colaboradores e apoiadores, além de ser caracterizada pelo seu elevado padrão de capacidade e eficácia, com transparência, responsabilidade social e sustentabilidade. E por fim, os valores da ONG são responsabilidade social, respeito ao ser

humano e suas diferenças, proximidade e respeito, ética e integridade, competência, transparência, honestidade e paixão por ajudar.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 AUDITORIA CONTÁBIL

A Auditoria Contábil é uma ferramenta utilizada para avaliar a eficácia dos processos e controles presentes nas organizações, seguindo uma série de normas reguladoras.

“[...]auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. Por ser uma atividade crítica, em sua essência, traduz-se na emissão de uma opinião sobre as atividades verificadas. Envolve, de acordo com a Resolução 820/1997 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por sua natureza, “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão da opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis, consoante os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica”, Crepaldi e Crepaldi (2019).

Segundo Crepaldi e Crepaldi(2019, p. 6), o objetivo da auditoria é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis para os usuários, realizada pela opinião do auditor emitida com base nas normas de auditoria e exigências éticas relevantes à respeito das demonstrações contábeis elaboradas pela administração com o auxílio da governança.

3.1.1 CONTROLE INTERNO

Crepaldi e Crepaldi (2019), definem o controle interno da seguinte forma:

“Os controles internos podem ser todas as políticas adotadas pelas empresas com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos. É o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, conforme a NBC TA 315”.

No processo de análise dos controles internos o auditor pode vir a identificar deficiências significativas e identificá-las como individuais ou grupais, e comunicá-las à governança tempestivamente e por escrito, Crepaldi e Crepaldi(2019, p. 260).

Crepaldi e Crepaldi(2019), afirmam que:

“[...]uma deficiência de controle interno existe quando o controle é planejado, implementado, operado de tal forma que não consegue prevenir ou detectar e corrigir, tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis. Qualquer processo de controle interno é passível de apresentar deficiência significativa. O auditor deve comunicar, tempestivamente, por escrito, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria aos responsáveis pela governança”.

3.1.2 ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Para a elaboração da análise do Controle Interno da empresa, foi utilizado como metodologia, a elaboração de um formulário(link em anexo), contendo questionamentos a respeito dos processos que fazem parte da empresa como: compras e pagamentos, folha de pagamentos, estocagem etc. Esses questionamentos foram respondidos pelo presidente da ONG e a seguir se encontra a conclusão do controle interno.

Geral

A contabilidade da empresa é constituída à risca, demandada pela prestação de contas ao TCU, TCE, TCM, Ministério Público e outras entidades. Devido às subvenções recebidas do governo, a entidade precisa manter tudo muito organizado com recibos, NFs e comprovação de tudo o que acontece dentro dela, de maneira que os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados, corretamente e sem atraso, são levantados balancetes periódicos de todos os razões e registros originais e a empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades, visto que, a contabilidade é estruturada por uma empresa terceira.

Em paralelo a isso, existem os seguros que a empresa faz para proteção, não só do patrimônio, mas também de outras necessidades internas.

Compras e Contas a Pagar

A empresa possui uma política de compras na qual, a partir da cotação, 3 fornecedores diferentes são analisados e a ordem de compra é executada com o que possuir o menor preço, as compras somente serão realizadas mediante emissão e apresentação de nota fiscal eletrônica.

Desta forma, as mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis e as compras são pronta e corretamente contabilizadas.

Pagamentos

Os pagamentos são realizados mediante o valor atrelado ao documento que justifica essa operação, seja ele nota fiscal, recibo ou o documento apresentado, visto que: os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto e os pagamentos são efetivados por valores acurados, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa que são contabilizados pronta e corretamente.

Os controles internos e a prestações de contas são todos minuciosos, sendo que por mais que a empresa não possua normas, os processos são simples e todos os conhecem, então

qualquer questão que não seja justificável é imediatamente identificada, permitindo que perdas devidas a desfalques ou outras irregularidades sejam limitadas, e que aplicando os controles internos existentes, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Folha de Pagamento

Em relação a funcionários, a ONG possui 25 contratos em aberto, todos devidamente registrados pela CLT, dado que, os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados e as folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados.

Estoques

Os estoques da entidade são basicamente de produtos de consumo e doações que são recebidas de pessoas e empresas, tudo que é adquirido é para consumo próprio, então são muito pequenos e limitados, não havendo a necessidade de proteção, pois tudo é consumido dentro do mês.

O levantamento do estoque é realizado somente para fins internos e controle do consumo mensal. Como não há uma revenda desses produtos, não há a necessidade de se fazer inventário periódico e contabilizá-los, pois não há espaço para nenhum desperdício quando os produtos advêm de doações.

Por esses motivos, as quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa, os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas(mesmo que para consumo) e não há itens em excesso, de pouca movimentação.

Caixa

Os saldos de caixa representam disponível real em mãos - devido à prestação de contas - e os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados, mediante documentação que justifica a saída do dinheiro (NFs vinculadas a boletos e taxas e tributos mediante guia), onde os pagamentos são todos realizados através do banco e devidamente documentados.

Todas as doações são feitas por meio de conta bancária ou recibo de pagamento, depositadas em conta corrente e contabilizados corretamente, sendo que, os valores do benefício de subversão do governo são todos identificados, e qualquer anormalidade seria rapidamente percebida, permitindo que perdas devidas a desfalques ou outras irregularidades

sejam limitadas, e que aplicando os controles internos existentes, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Títulos a Receber

Por não trabalhar com vendas, essa organização não possui títulos a receber, o único tipo de transação que se classifica desta forma são as doações feitas a partir de cartões de crédito, mas que ocorrem esporadicamente e de fato representam valores reais devidos à empresa e o controle é feito a partir das operadoras de cartão.

Imobilizado

Se tratando do Imobilizado, os saldos das contas representam propriedades reais, adquiridas ou construídas em sua totalidade, as transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente autorizadas e contabilizadas, as aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta) realizados mediante apresentação de NFs, e por fim, as depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens, conforme legislação.

Títulos a Pagar e Exigível a Longo Prazo

Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados mediante apresentação de contrato ou outro documento que venha a comprovar a transação e as cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas sempre, até por conta de não incorrer em risco de rescisão ou execução contratual. Porém a empresa decidiu não compartilhar quais são os empréstimos existentes.

Capital

As movimentações nas contas de capital são devidamente contabilizadas de forma que o patrimônio da entidade é registrado e suas contas atreladas de déficit ou superávit são devidamente registradas, conforme o estatuto da entidade e as ocorrências periódicas vindas do resultado.

Operações

As receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios (os registros contábeis são contabilizados na hora em que são consumados), são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações e as informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas, sempre registrando de acordo com as doações que são feitas e subvenções recebidas e mediante documentação que comprove a operação.

Conclusão

Utilizando das informações fornecidas pelo presidente da ONG podemos constatar que a empresa possui pontos fortes como: o controle interno da empresa é eficaz, de forma que, estão assegurados e bem preparados para a identificação de possíveis irregularidades, que se acaso constatadas, os controles internos serão capazes de corrigi-las em um prazo razoável, antes que venha a se tornar uma deficiência relevante para o sistema de controle interno utilizado pela entidade, se enquadrando em condições ideais.

Sendo que, foram constatados como pontos fracos a questão de que mesmo que os estoques sejam consumíveis dentro do mês e que advenham de doações, o ideal seria que fossem contabilizados e que fossem elaborados inventários periódicos, e também, a decisão da empresa de não informar quais são os empréstimos existentes, ocasionando que as evidências não são insuficiente e não pode ser analisada, dessa forma, conclui-se o controle interno não está garantido à risca.

3.2 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

O objetivo principal das empresas é a geração de lucro, utilizando-se da avaliação do seu negócio, das suas atividades operacionais e suas decisões financeiras, para aproveitar as melhores oportunidades de mercado, resultando no seu crescimento, visto que, a empresa só é continuada quando maximiza seus resultados além do capital investido, pois dessa forma, faz com que seu valor de mercado cresça, conforme citado por Assaf Neto(2021 p. 187).

Assaf Neto(2021) ‘O processo de avaliação de empresas exige o domínio de conceitos econômicos e financeiros, de técnicas de cálculo e de inúmeros fatores internos e externos à empresa que influem em seu valor econômico, inclusive considerações de natureza subjetiva’.

Quando a avaliação de uma empresa é realizada, é importante que seja realizada uma due diligence (diligência prévia), para que se saiba qual é a real situação da empresa, a partir de uma profunda investigação nos seus dados disponíveis, esclarecendo todos os riscos disponíveis, dito por Assaf Neto(2021 p. 187).

Segundo Assaf Neto(2021):

“Uma etapa inicial na avaliação de empresas é a análise de seu desempenho histórico e atual, de suas oportunidades potenciais de crescimento, mercado e concorrentes. A análise econômica e financeira de uma empresa deve destacar os principais direcionadores de valor, retorno do investimento (ROI), diversificação de ativos e risco, análise giro \times margem operacional, custo e estrutura de capital e assim por diante.

Uma sugestão para completar o processo de conhecimento da empresa, seu potencial de crescimento e limitações, é utilizar a denominada análise SWOT[...]"

3.2.1 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

O valor de uma empresa é diferente de um indivíduo para o outro, portanto, para identificar o valor real de uma determinada empresa é necessário utilizar métodos de avaliação que representam a sua verdadeira potencialidade econômica, ou seja, que comprovem e mostrem a legítima rentabilidade, riscos e lucros que a companhia oferece.

Geralmente essas avaliações são necessárias quando ocorre ou se planeja mudanças para a empresa, como em situações de venda, abertura de capital, entrada de novos sócios, fusão dissolução, entre outros.

Valor Patrimonial

Um dos métodos clássicos para avaliação de uma companhia é analisar o valor patrimonial da mesma, através dos dados do balanço patrimonial, se obtém o valor do patrimônio líquido, que nada mais é que a diferença entre o ativo e o passivo. Esse método é indicado para empresas de grande porte e com grandes valores em seus ativos, porém não realiza uma análise muito detalhada quanto a outros métodos existentes, visto que, o valor patrimonial exhibe valores passados e o valor de uma empresa, de acordo com Assaf Neto(2021), é essencial a função de sua capacidade de gerar resultados no futuro.

Análise de Transações Comparáveis

A Análise do valor de uma empresa pelo método de Transações Comparáveis, também conhecida como Múltiplos, consiste em comparar o desempenho da companhia com outras empresas/transações similares, semelhantes em termos de mesmo segmento de atividades, market share, tecnologia empregada, desempenho financeiros e porte. O valor desta análise é estimado a partir da precificação e cotação realizada em empresas comparáveis, ou seja, quanto o mercado está disposto a pagar pela empresa avaliada, assim como, por qual valor uma empresa semelhante foi vendida recentemente.

Essa análise é considerada complementar, pois considera apenas o valor do mercado atual baseado nas concorrentes.

Fluxo de Caixa Descontado

Para uma análise completa, é utilizado o Fluxo de Caixa Descontado, um dos métodos mais utilizados devido a aprofundar o estudo na empresa, considerando o quanto a empresa é rentável, os riscos que ela enfrenta e os lucros.

O fluxo de caixa descontado visa projetar os valores futuros a serem gerados pela empresa no presente, para isso, ele leva em consideração alguns critérios variáveis tais como: o custo do capital investido, o risco do empreendimento e o tempo de retorno do capital, que quando descontados do fluxo de caixa servem como parâmetro para comparação, que por sua vez, é de extrema importância na tomada de decisão, pois serão comparados com os índices de retorno de outros investimentos presentes no mercado, tais como poupança, investimentos em imóveis, aplicações em renda fixa dentre outras modalidades.

3.2.2 MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA

Geralmente, no dia a dia, uma empresa possui diversas movimentações financeiras, clientes que realizam pagamentos no momento da compra ou após dias de adquirir o produto/serviço; pagamentos à fornecedores, de funcionários e de contas básicas para a existência do negócio. Para que isso seja possível, e para que os empresários não se percam em meio a tantas movimentações, é utilizado o fluxo de caixa.

A Demonstração do fluxo de caixa é o método utilizado pelas empresas para registrar todas as entradas e saídas financeiras que aconteceram, assim como as que estão previstas para acontecer, possibilitando uma visão precisa da real situação financeira. À vista disso, o fluxo de caixa auxilia na tomada de decisões, pois através dos resultados obtidos é possível analisar diversos cenários prováveis, como por exemplo no caso de uma empresa que possui muitas contas a pagar e pouco disponível circulante, pode-se prever maneiras para a diminuição das despesas, como corte de gastos, a compra de quantidades menores de estoque, pedir mais prazo aos fornecedores. Assim como, é possível prever dinheiro em caixa que poderá ser utilizado em investimentos financeiros ou em melhorias na própria companhia, como a compra de máquinas, equipamentos e reformas.

Este indicador mede a existência de capital de giro da organização, é composto pelas contas resultantes: Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento. Nas Atividades Operacionais encontra-se o montante de valores que a empresa gerou, nas atividades de Investimentos resulta-se os valores investidos pela

organização e nas Atividades de Financiamento, todos os financiamentos e empréstimos realizados de terceiros ou de sócios.

Com isso, é possível encontrar o valor do fluxo de caixa do exato período da empresa, o qual, aplicado na prática da empresa estudada obteve-se o valor negativo de R\$ 35.208,59 no primeiro ano avaliado, mesmo com a organização apresentando um pouco de crescimento nos últimos anos. Porém, acredita-se que esse número seja reflexo da pandemia mundial que ocorreu durante os anos anteriores, além dos valores do ativo circulante serem inferiores ao das contas de despesas, entende-se então que a empresa não poderia arcar com as suas obrigações no curto prazo.

Contudo, com o final da pandemia e com as mudanças nos cenários econômicos, estima-se que o número de doações e subsídios do governo aumente, alavancando assim o crescimento da ONG e de seu ativo circulante, conforme realizamos a projeção abaixo:

| Fluxo de Caixa | | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------|--------------|---------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ (35.208,59) | R\$ (14.083,44) | R\$ 4.225,03 | R\$ 8.027,56 | R\$ 19.266,14 |

Auditoria Própria

3.2.3 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Assaf Neto(2021), afirma em sua obra que

“[...]o método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) é o que apresenta o maior rigor técnico e conceitual, sendo por isso o mais indicado e adotado na avaliação de empresas. O método do FCD baseia-se no conceito de que o valor de um ativo é determinado pelo valor presente de seus benefícios futuros esperados de caixa, descontados por uma taxa de atratividade que reflete o custo de oportunidade dos proprietários de capital.”

Para a elaboração do Fluxo de Caixa Descontado, utiliza-se o Fluxo de Caixa Disponível, em consonância com as seguintes práticas:

“A taxa de desconto é aplicada segundo o tipo de fluxo de caixa. O FCD é descontado pelo custo total de capital (WACC), média ponderada dos custos de todas as fontes de financiamento; o FCDA é trazido a valor presente pela taxa de atratividade do acionista (Ke). A apuração das taxas de desconto é obtida a partir da definição de estrutura de capital da empresa e de seu risco[...]”, Assaf Neto(2021, ed 4, pág 189).

| Índice | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Selic | 12,50% | 10,00% | 9% | 9% |
| IPCA | 6,01% | 4,18% | 4% | 4% |

Auditoria Própria

| DRE Projetada - Lucro | | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ 315.183,31 | R\$ 294.821,89 | R\$ 307.145,44 | R\$ 319.431,26 | R\$ 332.208,51 |

Auditoria Própria

| EBITDA - Valor Presente | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ 339.983,14 | R\$ 319.468,95 | R\$ 308.860,05 | R\$ 299.603,25 | R\$ 288.015,36 |

Auditoria Própria

| Fluxo de Caixa Descontado | | | | |
|----------------------------------|-----------------|--------------|---------------|---------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ - | R\$ (12.518,61) | R\$ 7.681,87 | R\$ 22.094,20 | R\$ 70.863,96 |

Auditoria Própria

Para que essa análise fosse possível usamos como fonte de dados os Demonstrativos Contábeis do ano de 2021. A partir deles realizamos uma projeção para períodos futuros, visto que, para a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) a projeção foi feita utilizando-se do Índice de Preços ao Consumidor Amplo(IPCA).

Podemos constatar que à primeira vista, em um cenário positivo, a empresa sairia de um período de resultados insatisfatórios para outro onde as receitas aumentam ano a ano devido a tendência de doações em espécie e também dos subsídios advindos do governo.

Aprofundando nossa análise nas Despesas Administrativas as contas de “salários” e aquelas relacionadas a Folha de Pagamento e “Assessoria Externa”, juntas somam quase que 60% do consumo da Receita Bruta, sendo que, o gasto com assessoria externa é elevadíssimo chegando a 375 mil nos últimos períodos (uma média de 10,5 mil/mês) esse gasto geralmente é associado a empresas de médio porte, ou seja, uma realidade totalmente diferente do terceiro setor.

Ao calcular o indicador EBITDA chegamos ao índice de 3,58% que por si só já seria interessante aos dos investidores e em mesma via o Fluxo de Caixa Descontado(FCD) apresenta um cenário positivo, pois além de apresentar um cenário positivo seu crescimento tende a ser em números exponenciais, porém ainda muito longe dos números esperados como Lucro do Exercício. Essa discrepância se justifica pelos elevados gastos das Despesas

Administrativas citadas acima que consomem grande parte do Fluxo de Caixa e também por essa empresa ser uma ONG e não possuir vendas.

Até este ponto, a empresa, mesmo que alguns altos e baixos ainda seria um investimento a se considerar após algumas correções, o problema acontece quando tomamos por análise os Balanços Patrimoniais. Neles é facilmente perceptível que a empresa é muito pouco líquida pois praticamente 80% do seu ativo se encontra no imobilizado (além do mais na conta “Construções em Andamento”) para mensurar essa situação utilizamos o indicador de Liquidez Imediata utilizado para observar a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações de curto prazo e encontramos o índice de 0,36 ou seja, caso a empresa fosse fechada hoje seria possível cumprir com apenas 36% dessas obrigações pois o disponível é baixíssimo.

Esse cenário é observável no caso de indústrias já que o disponível na maioria dos casos é utilizado para atividades de investimento. Para empresa, enquanto ONG, essa situação é bem arriscada pois no caso de um cenário de crise dificilmente conseguiria manter sua atividade em plena execução já que o Capital Social da empresa não se encontra devidamente incorporado ele segue sendo contabilizado como Capital Subscrito, portanto não pode ser utilizado quanto a responsabilidades jurídicas.

3.3 GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS

Gestão de pessoas, a qual antes era denominada Administração dos recursos Humanos (ARH), mantém uma interação entre o ambiente interno e externo.

Segundo Dessler (2003, p. 2), a ARH "é o conjunto de políticas necessárias para conduzir os aspectos relacionados às pessoas no trabalho de gerenciamento [...] e ao oferecimento de um ambiente seguro aos funcionários da empresa".

Contudo, se moldando ao conceito de Milkovich e Boudreau (2000), pode se ponderar Gestão de pessoas: “Gestão de pessoas é o conjunto de decisões integradas sobre as relações de emprego que influenciam a eficácia dos colaboradores/servidores e das organizações”.

Por fim, gestão de pessoas tem como objetivo, administrar as condutas internas e potencializar o capital humano dentro das empresas. Ela se dá por meio da participação, qualificação e desdobramento de funcionários de uma empresa

Podemos dizer que as rotinas trabalhistas são a prática de rotinas para que não haja erros e falhas operacionais dentro da empresa. Logo, é todo o processo de trabalho desde o momento da contratação até o desligamento do empregado na empresa, o qual está assegurado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), principal instrumento que protege os trabalhadores e regulamenta as relações trabalhistas urbanas e rurais.

3.3.1 OS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS

Referente aos procedimentos pré-admissionais que são definidos por lei no artigo 168 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), é necessário que uma ordem seja seguida, sendo que, deve haver:

- um processo de seleção, começando com a entrevista de emprego que mostrará, para o encarregado pela admissão, se o candidato é qualificado para a vaga e se será capaz de desenvolver as demandas exigidas pela vaga;
- logo depois, é solicitado o Exame Pré-Admissional, este possui um caráter obrigatório, e por lei, ele deve ser custeado pelo contratante;
- o exame mostrará se a saúde física e mental do funcionário está em condições adequadas para que ele seja contratado e consiga desenvolver a sua designação. Segundo o artigo 168 do Decreto Lei nº5.452 de 1 de Maio de 1943, da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT): “Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: I – na admissão; II – na demissão; III – periodicamente.”
- além de nortear a decisão da empresa de contratar ou não o candidato, esse exame também serve como uma garantia para o funcionário, visto que, além dos períodos (realizados em determinado prazo), quando sair da empresa o funcionário realiza o Exame Demissional, onde é averiguado se durante a execução da sua designação, foi adquirida alguma patologia ocupacional (relacionada às atividades desenvolvidas no trabalho).
- Para que a contratação seja efetuada, são necessários os seguintes documentos:
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), disponibilizada de forma digital hoje em dia;

- Atestado de Saúde Ocupacional(ASO), que se caracteriza por uma declaração médica indicando a plena capacidade do funcionário para desempenho da sua função, ou não.
- Título de eleitor(para maiores de 18 anos);
- CPF e Pis/Pasep;
- Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos, para obtenção do salário família;
- Caderneta de Vacinação para filhos entre 1 a 5 anos de idade
- CNH e Certificado de Alistamento Militar, se houverem.

3.3.2 OS PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS REGULARES

O Departamento Pessoal, é o setor administrativo responsável por processos como: registros de funcionário, gerenciamento, cálculos rescisórios, folha de pagamento, e pelos encargos tributários: INSS(Previdência Social), FGTS(Fundo de Garantia do Tempo de Serviços), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

No período em que o Departamento Pessoal surgiu, era apenas um setor responsável por atividades básicas como: admissão, demissão, rescisão e pagamento mensal do funcionário, porém com o passar dos anos, empresas foram surgindo e este departamento foi se tornando cada vez mais eficaz ao empregado e empregador, que de acordo com a CLT, garante o direito e obrigações de ambas as partes.

Posteriormente, a CLT passou por diversas mudanças, garantindo direitos aos trabalhadores, direitos esses:

- Salário Mínimo
- 13ª Salário
- Descanso Semanal Remunerado
- Carteira de Trabalho
- Férias
- FGTS
- Aviso Prévio
- Seguro Desemprego.

3.3.2.1 PROGRAMA GERADOR DE RISCOS

Conhecido como PGR, o Programa Gerenciamento de Riscos é o processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais feito por meio de documentos físicos ou por sistema eletrônicos, visando à melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas. Ele tornou-se exigível a partir de 3 de janeiro de 2022, quando a nova Norma Regulamentadora nº01-Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, entrou em vigência.

Normalmente o PGR deve ser composto por pelo menos dois documentos:

- Inventário de Riscos Ocupacionais- que compreende as etapas de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, de modo a estabelecer a necessidade de medidas de prevenção;
- Plano de Ação, onde se estabelecem as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, de modo a eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais.

O PGR, também deve acompanhar constantemente as atividades da empresa por meio da execução das medidas, que podem refletir sobre eventuais mudanças no ambiente de trabalho, podendo alterar as características dos riscos ocupacionais.

A avaliação de risco do PGR deve ser realizada no período de no máximo dois anos. Já em caso de organizações que possuam certificações em sistema de gestão de SST, esse prazo pode ser de até três anos.

3.3.2.2 LAUDOS TÉCNICOS DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO.

O LTCAT é um documento que descreve de forma detalhada, todas as condições de trabalho e principalmente as atividades especiais, que deve conter todas as informações sobre as condições do ambiente de trabalho, seu principal objetivo é justamente produzir efeitos previdenciários. Portanto, o LTCAT não é feito com o intuito de demonstrar que o seu salário deve ser maior, e sim para que você possa conquistar sua aposentadoria mais cedo e de forma mais vantajosa. Seja ela por uma aposentadoria especial ou para converter tempo especial

Normalmente o LTCAT deve possuir as seguintes informações:

Figura 1. Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho.

| | | |
|--|--|--|
| | Laudo Técnico Insalubridade e Periculosidade. | |
| | | |
| | | |

I. OBJETO

O presente laudo trata de avaliação sobre as condições de exposição a agentes insalubres e/ou perigosos com a finalidade de definir o enquadramento da(s) atividade(s) analisadas, nos termos dos Artigos 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das Normas Regulamentadoras(NR) nº 15 Atividades e operações insalubres e 16 - Atividades e Operações Periculosa, regulamentadas na Portaria nº 3214/78, da Lei nº 7.639/85. A periculosidade por eletricidade é regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, e da Portaria nº 3.393, de 17.12.87.

Este laudo é baseado nas atividades realizadas por grupos homogêneos de trabalhadores que estão expostos as mesmas condições em função da similaridade dos trabalhos realizados e conseqüentemente às mesmas condições ambientais de trabalho.

II. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

| | | | |
|---------------|------|-----------|---------------|
| Razão social: | | Unidade: | |
| CNPJ: | | CNAE: | Grau de Risco |
| Endereço: | | | |
| Local: | CEP: | Telefone: | |

I. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO E FUNÇÃO

Nome: SANDOR

COORD. DE MANUTENÇÃO

Fonte: Ingrácio Adv, 2022

Para se obter-se laudo, o empregador por carteira assinada (CLT) deve informar à Justiça Federal que o funcionário pretende ter acesso ao benefício, tendo em vista que fazer isso é importante porque a CFJ compreende que foi demonstrado algum interesse junto à empresa, sendo assim há possibilidades do juiz determinar que seja feita uma perícia técnica para identificar se o ato é ou não uma atividade especial.

Porém existem outras opções para comprovar se o pedido foi aceito ou não, sendo elas:

- solicitar o LTCAT via e-mail à empresa;
- enviar um requerimento via carta com AR(aviso de recebimento) à empresa;
- levar um documento físico até o RH da empresa e pedir para que carimbem o dia e quem recebeu, como um protocolo;

- notificação extrajudicial, que é feita por qualquer Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

É necessário lembrar que o requerimento deve ser legível, e deve possuir o nome completo, estado civil, RG e CPF, endereço completo e assinatura.

Mas vale lembrar que se o optante for autônomo, o preparo para conseguir o reconhecimento da especialidade da sua atividade é ainda mais importante. Na empresa, é necessário ter um laudo atualizado com as condições ambientais do trabalho que o funcionário exerce.

Em caso de trabalhos autônomos o mesmo terá que correr atrás de toda sua documentação do laudo por conta própria

O LTCAT possui um prazo indeterminado de validade, porém, é necessário levar em conta o período, Já que o intuito é que seja atualizado no mínimo uma vez no ano, ou sempre que ocorrer mudança no ambiente de trabalho ou nas atividades exercidas pela empresa.

Após conseguir direito ao LTCAT ainda há algumas questões importantes a se verificar, como por exemplo:

- identificar quem assinou o documento, (na maioria das vezes é elaborado por um engenheiro em segurança do trabalho ou médico do trabalho)
- se caso for assinado por um técnico em segurança do trabalho, o documento não terá validade ao reconhecimento da especialidade da atividade
- Analisar também se a forma de avaliação das condições ambientais do trabalho foram aplicadas de acordo com a técnica correta, ou com a legislação vigente ao tempo do vínculo empregatício.

3.3.2.3 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DA SAÚDE OUCUPACIONAL

O PCMSO é uma ferramenta utilizada para manter a integridade da saúde dos colaboradores de uma empresa, e por ser regulamentado pela norma N°07 do Ministério do trabalho, estabelece-se que as empresas criem e o implementem em suas operações, com a finalidade de promover e preservar a saúde de seus colaboradores

As empresas devem encarregar o RH para que o mesmo providencie exames médicos para compreender, analisar, prevenir e monitorar possíveis danos à saúde dos colaboradores. Deste exames podemos citar:

- Admissionais- antes de contratar o funcionário, deve ser realizado um exame médico admissional para avaliar suas capacidades físicas e mentais para confirmar se ele está apto a desempenhar as funções necessárias;
- Periódico- Nesse caso, o ciclo de exames será estendido ou encurtado dependendo dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho. De qualquer modo, todos os funcionários da empresa devem passar por exames pré-determinados para monitorar e garantir a saúde do funcionário;
- Retorno ao trabalho- caso haja o afastamento superior ou igual à 30 dias por auxílio doença ou acidente é necessária a realização de um exame médico ao colaborador para o retorno das atividades exercidas, sendo também a licença maternidade uma situação aplicada.
- Mudança de função- para a transferência de função de cada funcionário é necessário um exame para aferir a saúde do colaborador mediante a nova função exercida.
- Demissionais- exame é feito antes da data da homologação do funcionário, para verificar o estado físico e psicológico do mesmo, com o intuito de analisar se ocorreu algum problema de saúde pelo trabalho exercido.
- O programa é obrigatório, e em alguns casos, é exigida a fiscalização do ambiente para garantir que as normas de segurança estejam sendo cumpridas e que os funcionários e pessoas ali presentes desfrutem de condições aptas para o trabalho.

As empresas que não realizarem o exame PCMSO e que não possuem esses programas regulamentados, podem ser multadas e até sofrer processos judiciais, caso a saúde dos funcionários seja afetada. O responsável pela empresa também pode ser responsabilizado legalmente por todo e qualquer dano causado.

3.3.2.3 ELABORAÇÃO DOS LAUDOS DENTRO DA ONG

A ONG analisada possui os laudos, sendo que são feitos pelo Técnico de Segurança (assim como é requerido pela Lei 8213/91) e todos esses exames são realizados de acordo com as necessidades da empresa, com ênfase aos exames PCMSO (admissional, demissional, periódico e mudança de cargo com ocupação de risco). Também possui o ACIPA, laudo que

assim como o PGR, tem o objetivo de analisar riscos e acidentes do funcionário dentro de seu local de trabalho.

3.3.3 SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Folha de pagamento é o nome dado a uma remuneração que é paga a colaboradores ou funcionários de uma determinada empresa. Mais conhecida como Holerite, consiste em um documento que possui dados e informações salariais para base de cálculo do salário líquido e bruto de cada funcionário.

Muitas pessoas acham que o cálculo de uma folha de pagamento é simples, mas se enganam já que este processo necessita de muita atenção, responsabilidade e complexidade, visto que qualquer dado incorreto pode prejudicar o funcionário, a empresa pagadora além de sérios outros problemas ao contador RH, administrativo ou órgão responsável pelo serviço.

O cálculo da folha de pagamento é dividido em 5 etapas sendo elas:

- Cargo ou classificação do funcionário
- Horas de trabalho
- Descontos de encargo ou impostos
- Dedução de benefício do empregado
- Salário bruto

A classificação do funcionário é o início do cálculo onde o funcionário é classificado pela sua categoria. Esse procedimento é baseado de acordo com a convenção coletiva do trabalho e é a partir dela que podemos ter uma base das normas a serem seguidas para dar seguimento a folha de pagamento.

3.3.3.1 Horas de Trabalho

Nesta etapa, são analisadas as horas trabalhadas do empregado em seu dia a dia dentro do mês (período de 30 dias), sendo que é necessária total atenção em cada detalhe já que por qualquer descuido o responsável pela folha pode comprometer de forma injusta seu salário líquido ao final do holerite.

A Perícia Contábil se caracteriza por uma análise de situações ou atos desempenhados por especialista na matéria que lhe é impelida. Tem por finalidade o estudo dos fatos ou objetos de litígio ou processos a partir de avaliações técnicas conforme a norma, emitindo-se um laudo. O laudo e parecer contábil tem por finalidade o alvo da perícia concedida ou contratada.

Dentro da perícia contábil temos a judicial a qual é exercida pela tutela do poder judiciário e a extrajudicial exercida por contrato ou acordo entre partes. Os peritos propõem honorários o qual são a remuneração do serviço prestado e requerem depósitos e valores determinados pelo juiz ou pela outra parte requerida.

A arbitragem contábil é a determinação de princípios ou a solução de conteúdo por autodomínio técnico.

3.4.1 PERÍCIA CONTÁBIL

De acordo com a normas brasileiras de contabilidade NBC TP 01 – norma técnica de perícia contábil, “a perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente”. Ou seja, um conglomerado de procedimentos técnicos que tem por finalidade a emissão de um laudo sobre as teses contábeis.

Podemos dividir a perícia contábil em: judicial e extrajudicial. Sendo que na perícia judicial, um contador é nomeado por um juiz para examinar certa causa e dizer seu parecer. Já na perícia extrajudicial, é realizada por meio de contrato de serviço.

O planejamento da perícia é essencial, é a etapa em que o perito vai estabelecer as diretrizes que serão aplicadas na execução da perícia contábil.

“Os objetivos do planejamento da perícia são: conhecer o objeto e a finalidade da perícia para permitir a escolha de diretrizes e procedimentos a serem adotados para a elaboração do trabalho pericial; desenvolver plano de trabalho onde são especificadas as diretrizes e procedimentos a serem adotados na perícia; estabelecer condições para que o plano de trabalho seja cumprido no prazo estabelecido; identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da

perícia; identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária; identificar a legislação aplicável ao objeto da perícia e estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares.”
Base Legal: Item 7 da NBC TP 01 (R1) - Perícia Contábil (Checado em 17/03/2023).

3.4.2 LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL

O Laudo Pericial é composto por um documento feito por um contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade(CRC), que se especializa em perícia ou por um grupo de peritos que se juntam para tal serviço, nesse relatório há a intenção de expressar-se com informações de uma perícia contábil, com seu papel de auxiliar o magistrado e sempre sendo muito importante para uma sentença, com sua síntese.

O laudo servirá para auxiliar o juiz, dando uma ajuda técnica onde irá mostrar a conclusão que foi analisada e estudada para particularizar os aspectos.

"O perito deve documentar os elementos relevantes que serviram de suporte à conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil, por meio de papéis de trabalho, que foram considerados relevantes para proporcionar as provas, visando a fundamentar seu laudo ou parecer e comprovar que a perícia foi executada de acordo com as Normas Legais e Normas Brasileiras de Perícia Contábil. (NBC TP 01, 2015)."

Já o Parecer Pericial Contábil, que é informado separado do Laudo Pericial, é uma obrigação do perito contador assistente, tendo seu contrato com a parte que o contratou. Irá ser responsável por emitir o parecer sobre o que achar cabível ao assunto destinado, tendo comprovações técnicas da parte que o contratou em teses. Irá efetuar um parecer separado sobre o que receber pelo laudo pericial contábil, podendo não concordar totalmente ou parcialmente ou discordar pela forma que foram transmitidos.

Tendo tanto o laudo pericial contábil ou o parecer contábil, os dois são de forma exclusiva realizada por um contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade(CRC).

A principal diferença entre o Laudo e o Parecer é a forma como funcionam e como são realizados. Enquanto o Laudo oferece um desempenho todo completo e detalhado, o Parecer tem em vista a prioridade de que está resolvendo um problema, dependendo do processo um pode até acabar complementando o outro.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade(NBC TP 01) em relação aos honorários, deve ser cobrado sobre uma análise feita em relação ao processo que deve ser entregue, avaliar o risco para determinado serviço, complexidade, estimando cada fase do serviço em hora trabalhada, considerar o profissionalismo do pessoal que irá participar dos serviços, o prazo para entrega e etc.

Entretanto a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TP 01), disponibiliza propostas que devem ser seguidas para a realização da avaliação desses horários:

- I. retirada e entrega dos autos;
- II. leitura e interpretação do processo;
- III. elaboração de termos de diligências para arrecadação de provas e comunicações às partes, terceiros e peritos assistentes;
- IV. realização de diligências;
- V. pesquisa documental e exame de livros contábeis, fiscais e societários;
- VI. realização de planilhas de cálculos, quadros, gráficos, simulações e análises de resultados;
- VII. elaboração do laudo;
- VIII. reuniões com peritos assistentes, quando for o caso;
- IX. revisão final;
- X. despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação, etc.;
- XI. outros trabalhos com despesas supervenientes.

3.4.3 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL

Conforme desenvolvido no laudo, foi feita a análise da folha de pagamento, analisando os salários, descontos e benefícios que são destinados aos funcionários, onde mostra-se o que é de direito do funcionário, e o que foi descontado por lei.

Figura 3 - Laudo Extrajudicial

MODELO DE LAUDO PERICIAL CONTÁBIL EXTRAJUDICIAL

À Instituição Casa Esperança
Endereço: Rua João Pedro Carvalho, nº 20 - Campestre- MG

Elias, João Pedro, Maria Luisa, Maria Fernanda, Poliana, perito contratado por a Instituição Casa Esperança, com escritório à Rua Coronel Cândido, nº 54, cidade Campestre estado Minas Gerais, telefone (035) 98756-3241, tendo concluído os serviços, pela presente formaliza o Laudo Pericial.

OBJETO

O presente laudo tem como objetivo apresentar o resultado da perícia realizada sobre a folha de pagamento da Instituição Casa Esperança.

CONCLUSÕES DO PERITO

Após fazer a análise sobre a folha de pagamento, podemos relatar que são contratados ao todo 28 funcionários, sendo 1 Coordenadora, 1 Assistente social, 1 para o

mensalmente na folha de pagamento, que é destinada uma via ao empregado e a outra ao empregador.

Local: Rua João Pedro Carvalho, nº 20

Data: 16/05/2023

Peritos: Elias, João Pedro, Maria Luisa, Maria Fernanda, Poliana

(A folha de pagamento segue em anexo no capítulo 3.3.3, com o título Simulação da Folha de Pagamento, subtítulo Deduções de benefícios do empregado).

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ

A Formação para a Vida é um dos eixos do Projeto Pedagógico de Formação por Competências da UNIFEQB.

Esta parte do Projeto Integrado está diretamente relacionada com a extensão universitária, ou seja, o objetivo é que seja aplicável e que tenha real utilidade para os estudantes na sociedade, de um modo geral.

3.5.1 COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ

Uma comunicação eficaz é indispensável pois contribui para as criações das relações humanas. Ela tem por si melhorar os aspectos em sua vida, sendo assim a comunicação tem algumas características que podem alavancar nossa vida.

Devemos sempre olhar além da fala da pessoa, assim analisamos o tom de voz, linguagem corporal e volume da voz para compreender a comunicação verbal e não verbal. Todavia, devemos observar que as emoções sempre falam mais alto em um diálogo, por isso devemos ter clareza, objetividade e coerência para fazer com que o participante do diálogo entenda a mensagem que está querendo passar.

Ser um bom ouvinte em um diálogo se faz imensamente necessário para se conectar com a pessoa e entender seus sentimentos além das palavras, buscando uma conexão emocional, pois quando nos conectamos com alguém é mais fácil ajudar a resolver conflitos ou diversos pontos de vista. Em conclusão, a comunicação eficaz não se trata apenas de falar bem, em contrapartida saber se expressar e fazer-se entender.

Para que possa haver um bom diálogo, ambas as partes saem felizes, sem descaso, tem que ocorrer colaboração de ambas as partes envolvidas, é saber usar argumentos para que se possa chegar a um resultado positivo e que seja favorável às partes.

Ter uma conversa sincera e de verdade com outra pessoa querida também é um diálogo, o afeto de poder ter uma conversa pessoalmente sem se preocupar com que a outra parte possa argumentar contra seu pensamento.

O Diálogo é tudo aquilo que seja compartilhado, como uma opinião sobre alguma situação e as outras partes possam dar sua opinião sem que sejam atacados, e sempre respeitando a opinião do próximo e crenças, o diálogo deve-se fazer parte na vida de todos e ser cada dia mais trabalhado.

Comunicação por escrita hoje em dia é uma das mais importante para nós seres humanos no geral, já que é a partir dela que mantemos uma comunicação eficaz e todo e qualquer erro pode resultar em grandes problemas, sendo assim, a utilização de caracteres corretos e conhecimentos sobre os tipos básicos de textos comum ao cotidiano como: narração(a partir de livros e poemas), argumentação(defendendo uma tese e o ponto de vista sobre determinado assunto), relato(contando um ato que foi presenciado), expositivo(sendo mais comum em documentos acadêmicos como artigos científicos e descrição(encontrado em receitas, leis etc).

A estruturação de textos é também um dos tópicos importantes para uma mensagem bem elaborada. Em cartórios, escritórios e universidades a ferramenta é bastante utilizada no dia a dia das pessoas e cada detalhe é importante para que um texto seja entregue e entendido ao terceiro da melhor forma possível.

Com o avanço da tecnologia a comunicação se tornou muito mais fácil, é possível conversar com diversas pessoas ao mesmo tempo, que estão em diversos lugares no mundo. As redes sociais do momento possibilitam essa facilidade, desde o ambiente corporativo ao familiar. Por isso, ao se comunicar com alguém é preciso saber identificar o perfil da pessoa que receberá a mensagem e por qual meio de comunicação é mais propício ao assunto.

A comunicação virtual pode ser uma grande aliada, porém é muito importante saber a maneira correta de se comunicar nas plataformas digitais, já que uma vez publicada a mensagem é quase impossível apagá-la, além de que tudo que é escrito online fica registrado e documentado. Como por exemplo, no caso das redes sociais onde pessoas publicam diversas opiniões, em uma futura entrevista de emprego essas publicações serão vistas pelos empregadores, o que pode acabar atrapalhando a pessoa nessa situação. Outro caso é o dos

haters, pessoas que utilizam este meio de comunicação para espalhar discursos de ódio, isso porque acreditam que através das telas não existem consequências.

Portanto, ao utilizar a comunicação virtual é importante ter cuidado na maneira de transmitir a mensagem para que não deixe dúvidas ao receptor. Este é um bem que os humanos possuem, o de se comunicar, do qual é possível conhecer novas pessoas, resolver dúvidas, crescer profissionalmente e se desenvolver cada vez mais; e atualmente tudo isso é possível também de maneira virtual.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Após realizar a síntese dos conteúdos “Comunicando de forma eficaz”, realizamos um banner apontando os principais pontos importantes para ter uma comunicação eficaz e sem ruídos onde foi colocado sobre a importância da comunicação oral e escrita para se comunicar com eficácia, seja pessoalmente, por mensagens, ou pelas redes sociais o qual hoje é o meio de comunicação mais utilizado no mundo.

COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA É IMPORTANTE

COMUNICAÇÃO LIMPA E SEM RUIDOS



UMA BOA COMUNICAÇÃO EFICAZ NÃO SE TRATA APENAS DE FALAR BEM, MAS SIM EM SABER SE EXPRESSAR E SE FAZER ENTENDER.

ATUALMENTE MUITOS PROFISSIONAIS USUFRUEM DE SUAS REDES SOCIAIS PARA MOSTRAREM SUA VIDA PROFISSIONAL, COMO UMA FORMA DE MARKETING PARA EXPANDIR SEU NEGÓCIO.



A COMUNICAÇÃO ESCRITA, OU SEJA, POR MENSAGEM, É ATUALMENTE UMAS DAS MAIS IMPORTANTES AO COTIDIANO. É A PARTIR DELA QUE MANTEMOS UMA COMUNICAÇÃO EFICAZ TRAZENDO CONSIGO DIVERSOS BENEFÍCIOS.

A COMUNICAÇÃO VIRTUAL É UMA GRANDE ALIADA ATUALMENTE, POREM É PRECISO TER ATENÇÃO E CUIDADO, POIS TUDO QUE É ESCRITO E PUBLICADO ONLINE É REGISTRADO E DOCUMENTADO.



4 CONCLUSÃO

Concluimos sobre as unidades de estudo abordadas que: em Auditoria Contábil os controles internos da empresa são eficazes, de forma que estão assegurados e bem preparados para a identificação de possíveis irregularidades e sua correção. Porém a pontos que precisam ser melhorados, como a contabilização dos estoques e a transparência em relação às contas presentes em seu Balanço Patrimonial, como a de Empréstimos e Financiamentos.

Ao que se refere a Avaliação da Empresa, pudemos constatar que embora ela apresenta resultados positivos e animadores ao que se refere a Fluxo de Caixa Descontado e ao Indicador EBITDA, é necessário a forma como se utiliza o Disponível seja reavaliada, pois o mesmo é reduzido a nível preocupante, deixando a empresa muito pouco líquida.

Quanto à Gestão de Pessoas, a empresa realiza os procedimentos trabalhistas com excelência, inclusos o Laudo LTCAT, o PGR, o PCMSO e os procedimentos referentes à folha de pagamento.

E relativo a Perícia Contábil, ao final do laudo sobre a simulação da folha de pagamento foi averiguado que a folha de pagamento é elaborada da maneira correta com salários justos aos cargos ocupados pelos funcionários, em consonância com a Legislação Trabalhista.

Desta forma, considerando os elementos supracitados, podemos afirmar que a ONG Casa Esperança apresenta um panorama de estabilidade de saúde tanto financeira quanto trabalhista, se devendo à prestação de contas obrigatória ao Estado, sendo assim, é uma empresa vista com bons olhos por investidores mas necessitando de correção em alguns pontos que podem ser melhorados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 8.069, de 13 de junho de 1990. **Instituto Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Disponível em: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) . Acesso em: 03/05/2023.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: NBC TP – de Perícia Contábil. Acesso em: 03/03/2023.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, pág 528.

CREPALDI, S A e CREPALDI, G S. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019, pág 6 e 260.

DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Exame admissional: o que é e importância no processo de admissão de colaborador. Disponível em: Exame admissional: o que é e importância no processo de admissão de colaborador.

Gov.br, Decreto-Lei Nº **5.452, de 1º De Maio De 1943**. Disponível em: DEL5452. Acesso em: 03/05/2023.

HONORÁRIOS PERICIAIS CONTÁBEIS. Disponível em:
<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream>

Kops, Lucia Maria; Silva, Selma França da Costa e; Romero, Sonia Maria Thater. **Gestão de pessoas: conceitos e estratégias**, 1º ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. 19 p..

Laudo Contábil: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-tp-01-2015.htm>. Acesso em 01/05/2023

O que é PCMSO e qual sua finalidade?. Essence, 2022. Disponível em: O que é PCMSO e qual é a sua finalidade? | Essence (essencenet.com.br). Acesso em 14/03/2023.

Parecer Pericial. Portal de Auditoria. Disponível em: PARECER PERICIAL - MANUAL DE PERÍCIA CONTÁBIL acesso em 01/05/2023

Planejamento Estratégico de Recursos Humanos. Disponível em: <https://rh-conectados0.webnode.page/news/nota-aos-visitantes>

Pré Admissional. Disponível em: <http://www.econeteditora.com.br/>.

Pré Admissional. Disponível em: <http://www.econeteditora.com.br>

Programa de Gerenciamento de Riscos. Gov.br, 2022. Disponível em: Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR — Ministério do Trabalho e Previdência. Acesso em 14/03/2023.

Pellegrini, Leonardo. **LTCAT O que é? Como conseguir?**. Ingrácio Advocacia, 2022. Disponível em: <https://ingracio.adv.br/ltcatt-para-aposentadoria-especial>. Acesso em: 14/03/2023.

ROA: O que é, como calcular e analisar esse indicador!. Reconnect, 27/05/2020. Disponível em: <https://reconnect.rico.com.br/blog/roa>. Acesso em: 29/04/2022.

Rotinas trabalhistas: uma abordagem teórica. Disponível em: <https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/contabeis/monografias>. Acesso em 14/03/2023

Sardagna, José Carlos. **Descubra como calcular a folha de pagamento.** Blog Conta Azul, 2022. Disponível em: Folha de Pagamento: O que é, Planilha e Como Calcular | ContaAzul Blog. Acesso em: 17/04/2023.

ANEXOS

Cálculo da DRE Projetada, Ebitda, Fluxo de Caixa e Fluxo de Caixa Descontado:

| | | <table border="1"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>1</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Selic</td> <td>12,50%</td> <td>10,00%</td> <td>9%</td> <td>9%</td> </tr> <tr> <td>IPCA</td> <td>6,01%</td> <td>4,18%</td> <td>4%</td> <td>4%</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Período | 1 | 2 | 3 | 4 | Selic | 12,50% | 10,00% | 9% | 9% | IPCA | 6,01% | 4,18% | 4% | 4% |
|---|----------------|--|---|---|---|---|---|---------|---|---|---|---|-------|--------|--------|----|----|------|-------|-------|----|----|
| Período | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Selic | 12,50% | 10,00% | 9% | 9% | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| IPCA | 6,01% | 4,18% | 4% | 4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/23 | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/20 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1 | 2 | 4 | 5 | 6 | 6 | | | | | | | | | | | | | | | |
| R\$ | | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Bruta | 1.048.710,34 | 1.040.731,87 | 1.398.655,41 | 1.482.714,60 | 1.544.692,07 | 1.606.479,75 | 1.670.738,94 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contribuição Social | R\$ 176.880,10 | R\$ - | R\$ - | R\$ 180.417,70 | R\$ - | R\$ - | R\$ 184.026,06 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Termo de Colab | R\$ - | R\$ 303.826,06 | R\$ 153.865,01 | R\$ 163.112,30 | R\$ 169.930,39 | R\$ 176.727,61 | R\$ 183.796,71 | | | | | | | | | | | | | | | |
| Doação em especie | R\$ 342.968,10 | R\$ 353.220,56 | R\$ 485.332,04 | R\$ 514.500,50 | R\$ 536.006,62 | R\$ 557.446,88 | R\$ 579.744,76 | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Termo de Colab | R\$ 104.68 0,00 | R\$ 104.718,0 5 | R\$ 26.169,9 7 | R\$ 27.742,79 | R\$ 28.902,43 | R\$ 30.058,5 3 | R\$ 31.260,87 |
| Termo de Fomento | R\$ 166.46 5,44 | R\$ 154.825,2 6 | R\$ 11.932,0 9 | R\$ 12.649,21 | R\$ 13.177,95 | R\$ 13.705,0 6 | R\$ 14.253,27 |
| Termo de Colab | R\$ 209.71 6,70 | R\$ 104.641,9 4 | R\$ 283.184, 80 | R\$ 300.204,2 1 | R\$ 312.752,7 4 | R\$ 325.262, 85 | R\$ 338.273,3 7 |
| Termo de Fomento | R\$ 48.000, 00 | R\$ 19.500,00 | R\$ (3,70) | R\$ 22.498,77 | R\$ 22.498,77 | R\$ 22.498,7 7 | R\$ 22.498,77 |
| Termo Colab | R\$ - | R\$ - | R\$ 46.815,2 0 | R\$ 49.628,79 | R\$ 51.703,28 | R\$ 53.771,4 1 | R\$ 55.922,26 |
| Termo de fomento | R\$ - | R\$ - | R\$ 167.000, 00 | R\$ 177.036,7 0 | R\$ 184.436,8 3 | R\$ 191.814, 31 | R\$ 199.486,8 8 |
| Termo Colab | R\$ - | R\$ - | R\$ 161.905, 17 | R\$ 171.635,6 7 | R\$ 178.810,0 4 | R\$ 185.962, 44 | R\$ 193.400,9 4 |
| Termo Colab | R\$ - | R\$ - | R\$ 31.694,8 3 | R\$ 33.599,69 | R\$ 35.004,16 | R\$ 36.404,3 2 | R\$ 37.860,50 |
| Termo de fomento | R\$ - | R\$ - | R\$ 30.760,0 0 | R\$ 32.608,68 | R\$ 33.971,72 | R\$ 35.330,5 9 | R\$ 36.743,81 |
| Receita Líquida | R\$ 1.048.7 10,34 | R\$ 1.040.731 ,87 | R\$ 1.398.65 5,41 | R\$ 1.482.714, 60 | R\$ 1.544.692 ,07 | R\$ 1.606.47 9,75 | R\$ 1.670.738 ,94 |

| | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Lucro Bruto | R\$ 1.048.710,34 | R\$ 1.040.731,87 | R\$ 1.398.655,41 | R\$ 1.482.714,60 | R\$ 1.544.692,07 | R\$ 1.606.479,75 | R\$ 1.670.738,94 |
| Despesas Administrativas | R\$ (925.695,10) | R\$ (981.389,27) | R\$ (1.075.536,83) | R\$ (1.140.176,59) | R\$ (1.187.835,98) | R\$ (1.235.349,41) | R\$ (1.284.763,39) |
| Salários e Ordenados | R\$ (371.428,39) | R\$ (370.622,57) | R\$ (513.133,84) | R\$ (543.973,18) | R\$ (566.711,26) | R\$ (589.379,71) | R\$ (612.954,90) |
| Férias | R\$ (49.354,03) | R\$ (31.729,78) | R\$ (53.967,13) | R\$ (57.210,55) | R\$ (59.601,96) | R\$ (61.986,03) | R\$ (64.465,48) |
| Décimo Terceiro Salário | R\$ (33.012,40) | R\$ (32.409,33) | R\$ (47.452,99) | R\$ (50.304,91) | R\$ (52.407,66) | R\$ (54.503,97) | R\$ (56.684,13) |
| Indenizações Trabalhistas | R\$ (3.534,30) | R\$ - | R\$ (58.220,60) | R\$ (20.584,97) | R\$ (20.584,97) | R\$ (20.584,97) | R\$ (20.584,97) |
| FGTS | R\$ (35.485,52) | R\$ (35.214,73) | R\$ (49.437,20) | R\$ (52.408,38) | R\$ (54.599,05) | R\$ (56.783,01) | R\$ (59.054,33) |
| INSS | R\$ (0,03) | R\$ 20.683,26 | R\$ 0,04 | R\$ 6.894,42 | R\$ 6.894,42 | R\$ 6.894,42 | R\$ 6.894,42 |
| INSS -Quota Patronal- INSS/FAT | R\$ (0,03) | R\$ (21.209,61) | R\$ - | R\$ (7.069,88) | R\$ (7.069,88) | R\$ (7.069,88) | R\$ (7.069,88) |
| Aluguel de Bens Móveis | R\$ (4.756,14) | R\$ (9.284,25) | R\$ (3.600,64) | R\$ (3.817,04) | R\$ (3.976,59) | R\$ (4.135,65) | R\$ (4.301,08) |

| | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Assessoria Externa | R\$ (74.610,22) | R\$ (191.899,99) | R\$ (108.007,12) | R\$ (114.498,35) | R\$ (119.284,38) | R\$ (124.055,75) | R\$ (129.017,98) |
| Assinatura - Acesso a Internet | R\$ (1.805,26) | R\$ (4.291,34) | R\$ (3.145,33) | R\$ (3.334,36) | R\$ (3.473,74) | R\$ (3.612,69) | R\$ (3.757,20) |
| Assistencia Juridico - Contabil | R\$ (10.702,68) | R\$ - | R\$ (6.236,52) | R\$ (6.611,33) | R\$ (6.887,69) | R\$ (7.163,20) | R\$ (7.449,72) |
| Consumo de Água | R\$ (13.877,89) | R\$ (14.912,64) | R\$ (14.270,98) | R\$ (15.128,67) | R\$ (15.761,04) | R\$ (16.391,49) | R\$ (17.047,15) |
| Consumo de Energia Elétrica | R\$ (13.686,44) | R\$ (15.528,96) | R\$ (17.891,63) | R\$ (18.966,92) | R\$ (19.759,73) | R\$ (20.550,12) | R\$ (21.372,13) |
| Copa | R\$ (2.430,84) | R\$ (256,10) | R\$ - | R\$ (895,65) | R\$ (895,65) | R\$ (895,65) | R\$ (895,65) |
| Despesas de Cartorio | R\$ - | R\$ - | R\$ (112,74) | R\$ (119,52) | R\$ (124,51) | R\$ (129,49) | R\$ (134,67) |
| Despesas indedutivel | R\$ - | R\$ - | R\$ (17.355,85) | R\$ (18.398,94) | R\$ (19.168,01) | R\$ (19.934,73) | R\$ (20.732,12) |
| Despesa com condominio | R\$ (897,90) | R\$ - |
| Despesas Diversas | R\$ (63.796,49) | R\$ (86.636,26) | R\$ (20.187,20) | R\$ (21.400,45) | R\$ (22.294,99) | R\$ (23.186,79) | R\$ (24.114,26) |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Despesa Legal e Judicial | R\$ (55.450,00) | R\$ (44.550,00) | R\$ (1.500,00) | R\$ (1.590,15) | R\$ (1.656,62) | R\$ (1.722,88) | R\$ (1.791,80) |
| Encargo de depreciação | R\$ (16.565,76) | R\$ (16.864,56) |
| Feira e Exposição | R\$ (229,70) | R\$ - |
| Frete e Carreto | R\$ (310,00) | R\$ (2.000,00) | R\$ (49,00) | R\$ (786,33) | R\$ (786,33) | R\$ (786,33) | R\$ (786,33) |
| Jornal e Revista | R\$ (199,85) | R\$ - |
| Manut. Conserv. Maq. e Equipamentos | R\$ (917,38) | R\$ (77,98) | R\$ (152,80) | R\$ (382,72) | R\$ (382,72) | R\$ (382,72) | R\$ (382,72) |
| Manut. Conserv. Moveis e Utensilios | R\$ - | R\$ - | R\$ (2.000,00) | R\$ (2.120,20) | R\$ (2.208,82) | R\$ (2.297,18) | R\$ (2.389,06) |
| Manut. Conserv. de Instalação | R\$ (51.988,45) | R\$ (37.514,24) | R\$ (19.463,02) | R\$ (20.632,75) | R\$ (21.495,20) | R\$ (22.355,00) | R\$ (23.249,20) |
| Manut. Conserv. de Veículo | R\$ (1.100,00) | R\$ (6.474,32) | R\$ (5.767,00) | R\$ (6.113,60) | R\$ (6.369,15) | R\$ (6.623,91) | R\$ (6.888,87) |
| Manut. Conserv. Equip. Informatica | R\$ (5.645,46) | R\$ (7.938,55) | R\$ (3.314,63) | R\$ (3.513,84) | R\$ (3.660,72) | R\$ (3.807,15) | R\$ (3.959,43) |

| | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Material de Consumo | R\$ (89.242,87) | R\$ (35.941,93) | R\$ (43.316,87) | R\$ (45.920,21) | R\$ (47.839,68) | R\$ (49.753,27) | R\$ (51.743,40) |
| Material de Escritorio | R\$ (2.151,75) | R\$ (2.681,25) | R\$ (2.549,70) | R\$ (2.702,94) | R\$ (2.815,92) | R\$ (2.928,56) | R\$ (3.045,70) |
| Material Limpeza/Conservação | R\$ (657,30) | R\$ (5.970,65) | R\$ (3.312,20) | R\$ (3.511,26) | R\$ (3.658,03) | R\$ (3.804,36) | R\$ (3.956,53) |
| Medicamento | R\$ (1.989,96) | R\$ (957,36) | R\$ - | R\$ (982,44) | R\$ (982,44) | R\$ (982,44) | R\$ (982,44) |
| Outros Gastos com Veiculos | R\$ (101,98) | R\$ (2.132,60) | R\$ (17.470,00) | R\$ (18.519,95) | R\$ (19.294,08) | R\$ (20.065,84) | R\$ (20.868,48) |
| Premio de seguro | R\$ (513,29) | R\$ (3.766,14) | R\$ - | R\$ (1.426,48) | R\$ (1.426,48) | R\$ (1.426,48) | R\$ (1.426,48) |
| Refeição e lanche | R\$ (10.957,71) | R\$ (8.854,97) | R\$ - | R\$ (6.604,23) | R\$ (6.604,23) | R\$ (6.604,23) | R\$ (6.604,23) |
| Telefone | R\$ (6.140,05) | R\$ (3.955,07) | R\$ (2.663,04) | R\$ (2.823,09) | R\$ (2.941,09) | R\$ (3.058,74) | R\$ (3.181,09) |
| Prêmio de Seguro | R\$ - | R\$ - | R\$ (4.103,48) | R\$ (1.367,83) | R\$ (1.367,83) | R\$ (1.367,83) | R\$ (1.367,83) |
| Refeição e Estada | R\$ (335,03) | R\$ - |

| | | | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Bens de Pequeno Valor | R\$ (1.820,00) | R\$ - |
| Viagem e Estadia | R\$ - | R\$ (473,97) | R\$ - | R\$ (157,99) | R\$ (157,99) | R\$ (157,99) | R\$ (157,99) |
| Vigilância e Segurança | R\$ - | R\$ (480,00) | R\$ (15.139,90) | R\$ (16.049,81) | R\$ (16.720,69) | R\$ (17.389,52) | R\$ (18.085,10) |
| Bens de Pequeno Valor | R\$ - | R\$ (4.780,00) | R\$ - | R\$ (1.593,33) | R\$ (1.593,33) | R\$ (1.593,33) | R\$ (1.593,33) |
| Impresso e Papelaria | R\$ - | R\$ (513,00) | R\$ - | R\$ (171,00) | R\$ (171,00) | R\$ (171,00) | R\$ (171,00) |
| Farmácia | R\$ - | R\$ (1.610,29) | R\$ (4.551,18) | R\$ (4.824,71) | R\$ (5.026,38) | R\$ (5.227,43) | R\$ (5.436,53) |
| Assistência Médica | R\$ - | R\$ (262,03) | R\$ - | R\$ (277,78) | R\$ (289,39) | R\$ (300,96) | R\$ (313,00) |
| Combustível e Lubrificante | R\$ - | R\$ (158,06) | R\$ (10.249,72) | R\$ (10.865,73) | R\$ (11.319,92) | R\$ (11.772,71) | R\$ (12.243,62) |
| Curso e Treinamento | R\$ - | R\$ (120,00) | R\$ (10.050,00) | R\$ (10.654,01) | R\$ (11.099,34) | R\$ (11.543,32) | R\$ (12.005,05) |
| Despesas Tributárias | R\$ (19.563,83) | R\$ (28.267,16) | R\$ (19.172,53) | R\$ (20.324,80) | R\$ (21.174,38) | R\$ (22.021,35) | R\$ (22.902,20) |
| IOF | R\$ (156,71) | R\$ (325,46) | R\$ (447,72) | R\$ (474,63) | R\$ (494,47) | R\$ (514,25) | R\$ (534,82) |

| | | | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| IPVA | R\$ - | R\$ (98,91) | R\$ (2.031,39) | R\$ (2.112,65) | R\$ (2.197,15) | R\$ (2.285,04) | R\$ (2.376,44) |
| Multa de Nat. Fiscal - Dedutível | R\$ (14.691,92) | R\$ (22.460,56) | R\$ (37,19) | R\$ (12.396,56) | R\$ (12.396,56) | R\$ (12.396,56) | R\$ (12.396,56) |
| PIS | R\$ (4.412,28) | R\$ (4.401,94) | R\$ (774,40) | R\$ (820,94) | R\$ (855,26) | R\$ (889,47) | R\$ (925,05) |
| Taxa e Emolumento | R\$ (302,92) | R\$ (980,29) | R\$ (3.166,59) | R\$ (1.483,27) | R\$ (1.483,27) | R\$ (1.483,27) | R\$ (1.483,27) |
| FGTS | R\$ - | R\$ - | R\$ (12.715,24) | R\$ (4.238,41) | R\$ (4.238,41) | R\$ (4.238,41) | R\$ (4.238,41) |
| Despesas Financeiras | R\$ (50.279,64) | R\$ (50.747,59) | R\$ (5.595,68) | R\$ (37.676,98) | R\$ (39.251,88) | R\$ (40.821,96) | R\$ (42.454,83) |
| Juros Passivos | R\$ (48.575,36) | R\$ (49.015,24) | R\$ (3.069,91) | R\$ (3.453,65) | R\$ (3.799,01) | R\$ (4.140,92) | R\$ (4.503,26) |
| Despesa Bancária | R\$ (1.699,77) | R\$ (1.732,35) | R\$ (2.525,77) | R\$ (2.841,49) | R\$ (3.125,64) | R\$ (3.406,95) | R\$ (3.705,06) |
| Perda Aplc. Fundo Investimento | R\$ (4,51) | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Receitas Financeiras | R\$ - | R\$ 743,93 | R\$ 28.363,69 | R\$ 10.285,66 | R\$ 10.715,60 | R\$ 11.144,23 | R\$ 11.590,00 |

| | | | | | | | |
|---|----------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Desconto Obtido | R\$ - | R\$ 0,15 | R\$ 5,01 | R\$ 1,82 | R\$ 1,90 | R\$ 1,98 | R\$ 2,05 |
| Rendimento - Aplicação Financeira | R\$ - | R\$ 743,78 | R\$ 3.412,62 | R\$ 3.839,20 | R\$ 4.223,12 | R\$ 4.603,20 | R\$ 5.005,98 |
| Recuperação de tributo | R\$ - | R\$ - | R\$ 24.946,06 | R\$ 8.815,11 | R\$ 9.183,58 | R\$ 9.550,92 | R\$ 9.932,96 |
| Superávit/Déficit | R\$ 53.255,50 | R\$ (14.908,22) | R\$ 315.183,31 | R\$ 294.821,89 | R\$ 307.145,44 | R\$ 319.431,26 | R\$ 332.208,51 |
| Prejuízo do Exercício | R\$ 53.255,50 | R\$ (14.908,22) | R\$ 315.183,31 | R\$ 294.821,89 | R\$ 307.145,44 | R\$ 319.431,26 | R\$ 332.208,51 |

| | | | | | | | |
|------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| EBITDA | R\$ 139.581,00 | R\$ 76.207,16 | R\$ 339.983,14 | R\$ 359.402,57 | R\$ 373.720,66 | R\$ 387.994,90 | R\$ 402.840,11 |
| EBITDA VP | R\$ - | R\$ 76.207,16 | R\$ 339.983,14 | R\$ 319.468,95 | R\$ 308.860,05 | R\$ 299.603,25 | R\$ 288.015,36 |
| Total de EBITDA | R\$ 1.215.947,60 | | | | | | |
| Giros de EBITDA | 3,58 | | | | | | |

| DRE Projetada - Lucro | | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ 315.183,31 | R\$ 294.821,89 | R\$ 307.145,44 | R\$ 319.431,26 | R\$ 332.208,51 |

| EBTIDA Valor Presente | | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| R\$ 339.983,14 | R\$ 319.468,95 | R\$ 308.860,05 | R\$ 299.603,25 | R\$ 288.015,36 |

| Fluxo de Caixa | | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------|--------------|---------------|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| R\$ (35.208,59) | R\$ (14.083,44) | R\$ 4.225,03 | R\$ 8.027,56 | R\$ 19.266,14 |

| Fluxo de Caixa | | | | |
|-----------------------|-----------------|--------------|---------------|---------------|
| R\$ - | R\$ (12.518,61) | R\$ 7.681,87 | R\$ 22.094,20 | R\$ 70.863,96 |